



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

ISABELLY ALINA GOMES DO NASCIMENTO

QUANDO O TOQUE É INFORMAÇÃO: uma análise das fontes e recursos
informacionais no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC)

JOÃO PESSOA

2026

ISABELLY ALINA GOMES DO NASCIMENTO

QUANDO O TOQUE É INFORMAÇÃO: uma análise das fontes e recursos
informacionais no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC)

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau
de Bacharel em Biblioteconomia no Centro de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ediane Toscano Galdino de Carvalho

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244q Nascimento, Isabelly Alina Gomes do.

Quando o toque é informação: uma análise das fontes e recursos informacionais no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC) / Isabelly Alina Gomes do Nascimento. - João Pessoa, 2026.

48 f. : il.

Orientação: Ediane Toscano Galdino de Carvalho.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Sistema Braille. 2. Acessibilidade informacional. 3. Fontes especializadas em informação. 4. Recursos informacionais. 5. Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa da Cunha. I. Carvalho, Ediane Toscano Galdino de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 02(043)

ISABELLY ALINA GOMES DO NASCIMENTO

QUANDO O TOQUE É INFORMAÇÃO: uma análise das fontes e recursos
informativos no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC)

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia no Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal da
Paraíba.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Ediane Toscano
Galdino de Carvalho.

Aprovado em: 08/04/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ediane Toscano Galdino de Carvalho
(Orientadora - DCI/CCSA/UFPB)

Prof. Dr^a. Rosilene Agapito da Silva Llerena
(Examinadora - DCI/CCSA/UFPB)

Prof. Dr^a. Edileuda Soares Diniz
(Examinadora - DCI/CCSA/UFPB)

Dedico este trabalho aos meus pais,
Alberlany e Edson, que sempre me
incentivaram a buscar um futuro melhor
por meio dos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força e sabedoria para superar as adversidades.

A meus pais, Edson e Alberlany, e ao meu irmão Lucas, que me incentivaram e me deram forças para concluir mais essa etapa na minha vida, sempre acreditando na minha capacidade.

Ao meu namorado, Luis Vitor, e às minhas amigas, Ester, Clara, Fran, Rita e Thalita que vem sendo meu suporte e refúgio a alguns longos anos.

A minha orientadora, professora Ediane Toscano Galdino de Carvalho, pela orientação, paciência e dedicação para construção desse trabalho, e por todas as outras oportunidades ao longo da minha formação acadêmica.

Ao Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa da Cunha (ICPAC), nas pessoas de Gerlucé Limeira Guimarães e Vanessa Veloso de Sá, que não mediram esforços em abrir as portas da biblioteca para a realização dessa pesquisa.

A todos que dentro da universidade contribuíram para minha formação, em especial minhas colegas de curso, Camila, Larissa e Tamires, minha trajetória acadêmica não teria sido a mesma sem vocês.

“A leitura do mundo precede a leitura da
palavra.”
(Paulo Freire)

RESUMO

O acesso à informação constitui um direito fundamental e indispensável para a inclusão social, educacional e cultural das pessoas com deficiência visual. Nesse contexto, as instituições especializadas devem fornecer fontes de informações, produtos, serviços e recursos voltados ao atendimento de necessidades informacionais específicas, contribuindo para acessibilidade informacional. Para tanto, essa pesquisa tem como objetivo geral identificar as fontes e os recursos informacionais da biblioteca do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa da Cunha, considerando a contribuição desses materiais como a base no desenvolvimento do ensino e aprendizagem da comunidade cega. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, teve como instrumentos de coleta de dados, buscas em fontes de informações virtuais, observação direta e registros a partir do diário de campo. Os resultados indicam que o Braille é o formato mais presente entre os materiais disponibilizados, além dos recursos de tecnologias assistivas, como leitores de tela. Conclui-se que a biblioteca, enquanto instituição social, representa um espaço de acolhimento e inclusão, em especial a biblioteca do instituto dos cegos, reflete um espaço de recomeços, que busca devolver a autonomia ao usuário, contribuindo para sua independência informacional.

Palavras-Chave: sistema Braille; acessibilidade informacional; fontes especializadas em informação; recursos informacionais; Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa da Cunha.

ABSTRACT

Access to information is a fundamental and indispensable right for the social, educational, and cultural inclusion of visually impaired people. In this context, specialized institutions must provide information sources, products, services, and resources aimed at meeting specific informational needs, contributing to informational accessibility. Therefore, this research aims to identify the information sources and resources of the library at the Adalgisa da Cunha Institute for the Blind of Paraíba, considering the contribution of these materials as the basis for the development of teaching and learning within the blind community. This is a qualitative, descriptive, and exploratory study, which used searches in virtual information sources, direct observation, and field notes as data collection instruments. The results indicate that Braille is the most prevalent format among the materials available, in addition to assistive technology resources such as screen readers. It is concluded that the library, as a social institution, represents a welcoming and inclusive space, especially the library of the institute for the blind, reflecting a space for new beginnings, which seeks to restore autonomy to the user, contributing to their informational independence.

Keywords: Braille system; information accessibility; specialized information sources; information resources; Institute of the Blind of Paraíba Adalgisa da Cunha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alfabeto Braille	25
Figura 2 - Classificação da pesquisa.....	27
Figura 3 - Instituto dos Cegos da Paraíba.....	29
Figura 4 - Adalgisa Duarte da Cunha	31
Figura 5 - Visita técnica à biblioteca.....	32
Figura 6 - Biblioteca do Instituto dos Cegos Adalgisa Cunha.....	34
Figura 7 - Organização do acervo em Braille	35
Figura 8 - Listagem dos livros em leitor de tela	35
Figura 9 - Fontes disponibilizadas no acervo	36
Figura 10 - DOSVOX: Leitor de tela	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	DIREITO DE SENTIR A INFORMAÇÃO: ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO.....	15
3	BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS: FONTES DE INFORMAÇÕES PARA DEFICIENTES VISUAIS.....	19
3.1	Tecnologias assistivas como recursos informacionais.....	22
4	INCLUSÃO E VISÃO: SISTEMA BRAILLE.....	25
5	METODOLOGIA.....	27
5.1	O Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha.....	29
5.1.1	Do sonho à realidade: Adalgisa Duarte da Cunha.....	30
6	DA OBSERVAÇÃO À PRODUÇÃO: A FASE DE COLETA, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	32
6.1	Biblioteca do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha.....	32
6.2	Caracterização das fontes de informações disponibilizadas no acervo.....	36
6.3	Analisando os resultados.....	38
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
	REFERÊNCIAS.....	43
	ANEXO A – Carta de anuência: Instituto dos Cegos.....	50

1 INTRODUÇÃO

O acesso à informação é um direito básico e um dos pilares para a inclusão das pessoas com deficiência visual. As instituições especializadas têm a responsabilidade de desenvolver serviços que direcionam para o atendimento às necessidades educacionais, culturais, informacionais entre outras demandas. A acessibilidade informacional se destaca quando envolve a organização, disponibilização e uso de fontes de informação voltadas a públicos específicos. A produção e a gestão de acervos acessíveis não se limitam à adaptação de suportes, mas envolvem o entendimento das necessidades informacionais dos usuários, considerando aspectos educacionais, culturais, sociais e de autonomia pessoal.

Percebe-se a existência limitada de estudos referentes a temática sobre fontes de informações voltadas para deficientes visuais e a efetividade de atuação de serviços em bibliotecas, refletindo na contribuição das práticas informacionais dessas instituições voltadas para a acessibilidade informacional e para a promoção da inclusão social. De acordo com Cunha, Amaral e Dantas (2015), bibliotecas e unidades de informação devem atuar como espaços democráticos de acesso ao conhecimento, desenvolvendo serviços inclusivos e centrados no usuário. O bibliotecário assume a função de mediador da informação, sendo responsável pela seleção, organização e disseminação de fontes acessíveis, bem como o desenvolvimento de ações educativas e inclusivas, contribuindo para a redução das desigualdades informacionais.

Quando a biblioteca física ou digital, especializada para atender pessoas com deficiência visual¹, cegueira, baixa visão e comprometimento visual, oferece acervos acessíveis, catálogos compatíveis com leitores de tela, mediação qualificada, sinalização especial entre outros recursos e fontes de informações, ela contribui para a superação de barreiras históricas de exclusão do conhecimento. Por outro lado,

¹ Deficiência visual é: Conforme o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, Art.4º, Capítulo III e o Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, Art.5º, Capítulo II, deficiência visual pode ser: “visão subnormal, baixa visão ou visão residual, que se refere a uma redução da acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, e caracteriza-se pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção óptica. No entanto, as pessoas com visão subnormal, baixa visão ou visão residual, podem utilizar recursos óticos especiais para conseguir ler textos impressos ampliados. Já a cegueira é a perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica (BRASIL, 2013, p. 238, 277 a 278).

quando não considera essas condições, reproduz desigualdades informacionais e limita a experiência de leitura, estudo, pesquisa e participação cultural de usuários. Atualmente, observa-se uma variedade de recursos como audiodescrição, texto digital navegável, livros falados e objetos digitais acessíveis que são fundamentais para a inclusão das referidas pessoas. Partindo dessa perspectiva, reconhecemos que a atuação do bibliotecário na inclusão social junto aos espaços educacionais e informacionais que trabalham com a referida categoria de pessoas, é uma necessidade para abertura de mercado de trabalho e visibilização da profissão, sobretudo quando a temática envolve as fontes de informações nos diferentes espaços que trabalham com diversas deficiências.

Instituições como o Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC) exercem papel estratégico na promoção da inclusão social por servir de suporte à aprendizagem, educacional, informacional e cultural. Essa instituição está alicerçada nos seguintes grandes eixos: educação, assistência social, empregabilidade, paradesporto e saúde que possibilitam garantir autonomia e melhoria na qualidade de vida para as referidas categorias sociais, oferecendo serviços como a reabilitação intelectual e práticas esportivas (Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, 2026).

Na perspectiva do oferecimento de serviços vinculados ao eixo da educação, é pertinente reconhecer que o ICPAC promove iniciativas que contribuem para o desenvolvimento de habilidades e competências a partir da produção e disseminação de conhecimentos com vistas a acessibilidade, inclusão e autonomia de pessoas com deficiência visual, sejam elas cegas ou com baixa visão.

Ao inserir essa comunidade no contexto informacional e educativo, considera-se a possibilidade de limitações e desafios quanto ao processo de acessibilidade informacional, tendo em vista a existência de um sistema de linguagem diferenciada como o sistema Braille e outros recursos para atender a essas pessoas que nem sempre têm habilidades e competências para o acesso a produção do conhecimento publicada em diversos meios tecnológicos. Desse modo, a biblioteca tem a função de oferecer serviços que direcionam os usuários para o acesso e busca da informação a partir dos documentos produzidos no âmbito do sistema Braille e de outros recursos especializados.

Assim, as fontes e recursos informacionais disponibilizadas na biblioteca, permite contribuir para a acessibilidade informacional, autonomia, desenvolvimento

social, educacional e cultural da referida comunidade usuária, considerando a oportunidade de aprimoramento educacional.

Salomon (1997, p. 196) entende que “A pesquisa científica começa pelo problema.” Desse modo, o questionamento norteador dessa pesquisa é: as fontes e recursos informacionais disponibilizados no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha atendem as demandas de acessibilidade informacional?

Para atender as demandas do questionamento dessa investigação, elaborou-se o objetivo geral: identificar as fontes e os recursos informacionais do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, considerando as contribuições e demandas com base na acessibilidade informacional. Desse modo foi necessário elaborar os seguintes objetivos específicos: a) conhecer o Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha a partir de sua história; b) identificar a existência de biblioteca, sua estrutura física, pessoal, acervo e os recursos tecnológicos; c) descrever os tipos de fontes de informações e recursos informacionais; d) analisar a adequação das fontes às necessidades informacionais dos usuários com deficiência visual.

Essa pesquisa foi motivada a partir de experiências prévias entre a orientadora e a pesquisadora ao longo da trajetória acadêmica com fontes de informação, assim foi verificado de imediato a possibilidade de aprimorar conhecimentos sobre inclusão e acessibilidade informacional e uso de fontes e recursos para pessoas com deficiência visual, fortalecendo o compromisso profissional de, no futuro, exercer a função com engajamento em práticas inclusivas que busquem atender as demandas dos usuários. Sob a perspectiva acadêmica, científica e social, o contributo reflete no fortalecimento das ações inclusivas em bibliotecas voltadas às pessoas com deficiência visual, fornecendo subsídios para o aprimoramento de políticas e serviços de informação. Desse modo, a área da Biblioteconomia firma seu compromisso social em fortalecer temas que incorporam os diferentes aspectos epistemológicos da área.

Quanto aos procedimentos metodológicos, essa investigação tem abordagem qualitativa do tipo exploratória e descritiva. A coleta de dados direcionou para uma pesquisa de levantamento documental e a observação direta. Portanto, a problemática desta pesquisa é voltada para conhecer as fontes e recursos informacionais disponibilizados no Instituto dos Cegos, buscando identificar as contribuições desses recursos para a acessibilidade informacional.

2 DIREITO DE SENTIR A INFORMAÇÃO: ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO

A informação pode ser abordada seguindo dois contextos para sua definição: o primeiro é um contexto tangível, compete ao “[...] ato de dar forma a coisas ou pessoas” e o segundo, no contexto intangível, se refere a ideia de “formar alguém moralmente”, partindo de uma educação que venha a formar indivíduos ao modelo da sociedade em que vivem (Silva; Nunes; Teixeira, 2020, p. 187).

Martins (2009) destaca que o acesso à informação é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e que a partir do direito à informação, o indivíduo tem acesso a realização de outros direitos, como por exemplo o direito à educação, a saúde, entre outros. Entretanto, Cepik (2010) interpreta que ainda existem uma série de obstáculos para o uso funcional do direito à informação. Oliveira (2013, p. 11) complementa que “a garantia do direito de acesso à informação é essencial para reduzir os riscos e custos associados às assimetrias de informação”. Sendo assim, a privação do acesso à informação compromete a autonomia do indivíduo, portanto, é fundamental garantir a acessibilidade informacional para todos.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, define no artigo dois, a pessoa com deficiência como:

aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, Cap. I, art. 2).

No Brasil existe um conjunto de leis que visam garantir o direito das pessoas com deficiência. Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015, também define acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, Cap. I, art. 3, inc. I).

A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) reforça ainda ao longo dos capítulos que é assegurado à pessoa com deficiência o acesso à informação, comunicação, educação e a cultura, entre outros direitos, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, através de meios como tecnologias assistivas, recursos de

acessibilidade, formatos acessíveis, entre outros. Além de garantir às pessoas com deficiência acesso a “produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida” (Brasil, 2015, Cap. III, art. 74).

O Decreto nº 5.296/2004, artigo 8º, inciso II, alínea d, define barreiras nas comunicações e informações como “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;” (Brasil, 2004), além disso, a Lei da Acessibilidade 1.0098/200, Cap. VII, art. 17 reforça que o poder público irá viabilizar a eliminação de barreiras na comunicação, tornando acessíveis os sistemas de comunicação e garantindo o acesso à informação, comunicação, entre outros direitos (Brasil, 2000).

Nessa mesma perspectiva, o Decreto nº 6.949/2009, estabelece que:

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer o direito à liberdade de expressão e opinião, incluindo a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e ideias, em igualdade de condições com as demais pessoas e por meio de todas as formas de comunicação de sua escolha (BRASIL, 2009, art. 21, § 1º).

Além disso, no artigo 9, o Estado também se responsabiliza por tomar medidas apropriadas para “Promover outras formas apropriadas de assistência e apoio a pessoas com deficiência, a fim de assegurar a essas pessoas o acesso a informações;” (Brasil, 2009, art. 9, § 2º, alínea f) e “promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet;” (Brasil, 2009, art. 9, § 2º, alínea g). Dessa forma, as legislações reforçam o direito das pessoas com deficiência ao acesso à informação, demonstrando a importância da acessibilidade informacional como instrumento para inclusão.

Como citado anteriormente, a Lei Brasileira de Inclusão estabelece que o acesso à informação é um direito fundamental da pessoa com deficiência (Brasil, 2015), disponibilizar acessibilidade informacional, equivale a eliminar as barreiras de comunicação, visando minimizar qualquer dificuldade operacional que o usuário venha a encontrar (Paula; Carvalho, 2009). Sendo assim, a acessibilidade informacional é o conjunto de condições que permite o usuário a ter acesso de

maneira autônoma a informações confiáveis, sendo assistido com recursos informacionais de busca, recuperação e uso da informação (Santos; Araújo, 2015).

A acessibilidade informacional é fundamental para ampliar o acesso à informação, garantir a acessibilidade é assegurar-se que a infraestrutura de acesso e divulgação, estão de acordo com a necessidade do usuário, além de atestar que existam condições favoráveis para o desenvolvimento de mediações que objetivam o acesso cognitivo e a apropriação das informações pelo usuário (Fujino, 2017). Mezzari (2015, p. 61) ressalta que a “[...] acessibilidade informacional acontece quando a informação está disponível para o uso de maneira que possa ser facilmente entendida e conhecida por qualquer pessoa, seja ela ouvinte, surda, deficiente visual, idosa, deficiente físico”, isso é, uma informação acessível de maneira igualitária.

Para Sassaki (2009) acessibilidade é condição para a participação das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da vida social pressupondo transformação dos ambientes, dos sistemas, das práticas e das atitudes sociais, de modo a eliminar barreiras e assegurar equidade de oportunidades.

Desse modo, é possível entender que acessibilidade informacional se fundamenta na prática da democratização do conhecimento, na efetivação do direito à informação e na promoção da participação social em contextos marcados pela mediação tecnológica e pela ampliação das desigualdades de acesso, contribuindo para estudos sobre os contextos educacionais, científicos, culturais e digitais que ultrapassa barreiras de dimensões comunicacional, tecnológica, cognitiva e digital do acesso à informação.

Costa (2004, *apud* Pinheiro, 2021, p. 35) destaca que “a democratização da informação acontece quando o acesso ao conhecimento é facilitado para todos”, a partir de ações que contribuam para a conscientização do povo e para o desenvolvimento da sociedade. Assim, a biblioteca se insere no atendimento das necessidades e demandas das pessoas com deficiências, favorecendo a partir de suas especificidades com produtos e serviços que contribuam para a acessibilidade informacional dos usuários, democratizando assim o acesso à informação (Oliveira; Silva, 2024).

Em ambientes informacionais como bibliotecas, arquivos, museus, repositórios digitais e plataformas educacionais, garantir acessibilidade significa assegurar que os conteúdos estejam disponíveis em formatos compatíveis com diferentes necessidades e perfis de usuários, promovendo inclusão e participação

social de todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência de acessar, compreender, utilizar e produzir informação de forma autônoma, segura e equitativa. Desse modo, no atual momento social, as bibliotecas podem atender demandas de fontes de informações e recursos informacionais de modo híbrido, seja com materiais impressos como livros escritos em Braille, ou digitais como tecnologias assistivas, interfaces de busca, PDF's estruturados, indicando a possibilidade de trabalhar com ambientes digitais inclusivos.

3 BIBLIOTECAS ACESSÍVEIS: FONTES DE INFORMAÇÕES PARA DEFICIENTES VISUAIS

As bibliotecas têm como objetivo garantir o acesso livre, igualitário e universal à informação, ao conhecimento e às manifestações culturais, promovendo educação, cidadania, inclusão social e desenvolvimento ao longo da vida (UNESCO; IFLA, 2022), atuando assim como mediadora entre a informação e a comunidade em que estão inseridas. De acordo com Baratin e Jacob (2006, p. 15), “o poder das bibliotecas reside, enfim, em seu papel crucial na transmissão da cultura e dos saberes. As bibliotecas são os lugares da continuidade e também das rupturas da tradição”, reforçando assim o seu papel social.

Stroparo e Moreira (2016) reforçam que a referida instituição exerce uma importante função no processo de inclusão, visto que promove a acessibilidade, ampliando as atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informações sem restrições de formato compatível com os diferentes interesses dos usuários com deficiência. De acordo com o Ministério da Cultura (Brasil, 2016, p. 25) através do Manual do orientador para o fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas do Estado de São Paulo, afirmar que uma biblioteca é acessível e inclusiva significa “[...] afirmar que ela está preparada para atender, prestar serviços e realizar atividades para pessoas com diferentes perfis demográficos, etários, sociais, educacionais e culturais.” Ademais, Portela e Portela (2011, p. 15) definem que o papel principal da biblioteca é democratizar o acesso à informação. A acessibilidade deve ser preocupação da biblioteca por assegurar que os usuários tenham acesso ao espaço físico, serviços e informações disponibilizadas no acervo. Os autores também reforçam que “é necessário que se tenha consciência das necessidades especiais de alguns usuários”, para que todos sejam atendidos de maneira igualitária.

Para Mazzoni *et al.* (2001), a acessibilidade em bibliotecas envolve aspectos urbanísticos, arquitetônicos, e aspectos de informação e comunicação, esse conjunto de fatores garantem o processo inclusivo dentro das bibliotecas, promovendo a autonomia e a independência dos usuários. Os referidos autores, afirmam ainda que por mais que existam um conjunto de normas e leis que regularizem a acessibilidade, ela não deve ser caracterizada apenas por isso, mas também por um processo de observação e construção feita pela sociedade.

Souza *et al.* (2013) destaca na literatura alguns pontos importantes que devem ser observados para viabilizar um melhor acesso informacional nas unidades de informação como:

- A qualidade da sinalização (observando os princípios do desenho universal - uso de faixas-guia, letreiros em cores e tamanhos que permitam boa visibilidade, mapas táteis e informações em braille), de forma a que as pessoas saibam o que está disponível e em quais espaços (atendentes, consultas, banheiros, empréstimos, etc.);
- Eliminar os obstáculos existentes na passagem para cadeirantes e cegos;
- Incluir obras em braille no acervo, ou texto gravado ou em formato digital;
- Permitir o acesso das pessoas com deficiências (cadeirantes) a auditórios, inclusive ao palco, além de reservar espaço para deficientes;
- Instalar barras de apoio nas rampas laterais e escadas;
- Nos auditórios, instalar telas adequadas para a transmissão dos conteúdos das palestras;
- Instalar sistema que permita a regulação rápida da altura das mesas em que estão os terminais de consulta ao acervo ou então que o acesso seja feito com a pessoa sentada;
- Disponibilizar acesso ao terminal de consulta através de micros que ofereçam melhor acessibilidade, tais como sintetizadores de voz, tela tátil e reconhecimento de fala;
- Sinalizar de forma mais adequada o conteúdo das prateleiras do acervo, observando o tamanho das letras e o uso das cores;
- Disponibilizar um funcionário que auxilie na localização dos livros nas estantes;
- Disponibilizar atendentes com habilidades específicas para lidar com pessoas com deficiência, por exemplo, que sejam bilíngues em Libras;
- Dispor de recursos tecnológicos especiais, para uso de usuários com deficiência visual (sintetizadores de voz, lupa eletrônicas, livros digitais, etc.); e
- Nos banheiros, disponibilizar uma pia adequada para cadeirantes (com espelhos, papeleiras em alturas adequadas) (Souza *et al.*, 2013, p. 11-12).

Souza *et al.* (2013) enfatiza ainda a responsabilidade social do profissional da informação, oferecer ao usuário a oportunidade de fazer uso dos produtos e serviços disponibilizados pelas unidades de informação, e proporcionar o suporte necessário para que o usuário encontre aquilo que busca. Sendo assim, as fontes de informação disponibilizadas em bibliotecas especializadas para pessoas com deficiência visual precisam ser adequadas para que seus usuários tenham suas necessidades atendidas.

As fontes de informações são divididas em três tipos: a primária, aquelas que são diretamente relacionadas ao produto informacional elaborado pelo autor, como livros e artigos; a secundária, aquelas que contém informações sobre documentos primários, como bibliografias e dicionários; e a fonte terciária, aquelas que auxiliam na busca de fontes primárias e secundárias, como bibliografias de bibliografias e

catálogos de catálogos de bibliotecas (Lessa, 2020). Araújo e Fachin (2015, p. 84) definem as fontes de informação como “[...] aquelas que nos permitem criar, recriar e ter acesso ao conhecimento sobre um assunto ou área de nosso interesse ou pesquisas”, sendo assim, as fontes de informação tratam sobre o que está disponível e documentado para o usuário.

Para que as fontes de informação sejam alcançadas pelos usuários com deficiência visual é necessário adaptações provenientes de necessidade específica. Vygotsky (1997, *apud* Leme 2003, p. 20) enfatiza que, “[...] se proporcionarem ao cego formas alternativas de acesso aos aspectos da cultura inacessíveis a ele devido à ausência de visão, o problema será contornado”, uma maneira de contornar essa questão pode ser exemplificada pelo Sistema Braille, um dos principais meios de linguagem e comunicação que torna acessível a escrita, permitindo ao usuário o acesso a produção do conhecimento.

Os recursos tecnológicos atuam como suporte facilitador de acesso a fontes de informação para usuários com deficiência, possibilitando assim o acesso ao conhecimento (Brasil, 2007). O Ministério da Educação exemplifica esses recursos tecnológicos com sistemas de *software* e programas leitores de tela com síntese de voz que facilitam a navegação na internet (Brasil, 2007). Santos (2024, p. 5), também apresenta um apanhado de autores que trazem exemplos de tecnologias assistivas utilizadas em bibliotecas, como consta no quadro 1:

Quadro 1 - Principais tecnologias assistivas utilizadas nas bibliotecas

Título	Autores	Ano	Principais tecnologias assistivas utilizadas nas bibliotecas
Informação e conhecimento acessíveis aos deficientes visuais nas bibliotecas universitárias	Fialho; Silva	2012	Livros impressos em Braille, programa sintetizador de voz denominado Jaws (pesquisas são encomendadas e respondidas por e-mail gratuitamente), Livros falados e os softwares: DOSVOX –Delta Talk, Virtual Vision, Jaws, Magic,Mecdaisy o Openbook., lupa eletrônica.
As tecnologias assistivas e a atuação do Bibliotecário como intermediário entre as fontes de informação e o Deficiente Visual	Gonçalves	2012	Sistema Braille, lupa, leitores de tela- NonVisual Desktop Access – NVDA (gratuito para o sistema operacional Microsoft Windows) e o Jaws . Outros recursos que também utilizam sintetizador de voz são o Open Book, Magic, Virtual Vision, Dosvox (gratuito), MecDaisy (gratuito).Além destas alternativas, existem os recursos não ópticos, e os recursos audiovisuais que também podem ser utilizados.

Promover a acessibilidade aos deficientes visuais e baixa visão à rede de biblioteca da UNESP	Storti, V. R. <i>et al.</i>	2014	Leitores autônomos, Scanner (OCR): possibilita a digitalização e leitura de documentos impressos; Leitor portátil de livros; Lupa eletrônica, Linha Braille, Software leitor de Tela. Esse trabalho envolveu também a capacitação dos funcionários, tanto na recepção quanto no uso dos equipamentos para proporcionar um melhor atendimento aos usuários.
Formação de acervos acessíveis em bibliotecas universitárias: o caso da biblioteca central zila mamede (pt)	Melo, R. S. F.	2015	Softwares leitores de tela e ampliadores (JAWS, NVDA, DOSVOX, Zoom Text), impressoras em Sistema Braille; scanner leitor de imagens e com reconhecimento de caracteres; diferentes tipos de lupas, notebooks, gravadores, computadores, máquina Perkins Braille;
Tecnologia assistiva no processo de mediação da informação aos usuários com deficiência visual em biblioteca universitária	Pinheiro & Oliveira	2018	Programas leitores de tela, DOSVOX, cotejamento e correção de material bibliográfico, conversão de material para formato acessível.

Fonte: Santos (2024, p. 5).

As tecnologias se mostram grandes aliadas para garantir o acesso à informação de pessoas com deficiência, os recursos oferecidos pela tecnologia assistiva desenvolvem um papel importante na melhoria da qualidade de vida, desempenhando um papel que favorece autonomia e praticidade ao usuário (Silva, 2025).

3.1 Tecnologias assistivas como recursos informacionais

A necessidade de informação é definida como “necessidades cognitivas de uma pessoa”, isto é, dificuldades de compreensão ou falhas de conhecimento que são formuladas pelo indivíduo por meio de perguntas ou expressões perante sistemas de informações (Choo, 2003, p. 99). Nesse sentido, Perfetto (2017, p. 31) complementa que “a busca por um recurso informacional é motivada pela necessidade da informação”, e esses recursos informacionais podem ser apresentados como fontes capazes de atender as demandas de informação de um usuário a partir de diferentes formatos e suportes.

Tornar um ambiente acessível na contemporaneidade é compreender que as tecnologias podem facilitar o acesso e a busca de informações, desse modo, as

tecnologias assistivas são instrumentos indispensáveis no cenário atual de inclusão em bibliotecas especializadas.

Gala (2023) descreve a tecnologia assistiva como recursos e serviços que buscam promover acessibilidade e autonomia para as pessoas com deficiência, a tecnologia assistiva tem como objetivo capacitar as pessoas com deficiência a realizar suas atividades sem barreiras, incluindo-os de maneira igualitária na sociedade (Gala 2023). Alves (2017, p. 1894) define ainda tecnologias assistivas como “qualquer item, equipamento, componente, produto ou sistema adquirido comercialmente, modificado ou customizado, utilizado para aumentar, manter ou melhorar as capacidades funcionais das pessoas com deficiência”.

Ao que se refere às tecnologias assistivas, podem ser citados alguns recursos de acessibilidade correspondentes a tipos específicos de deficiência, como consta no quadro 2:

Quadro 2 - Recursos de acessibilidade por deficiência

DEFICIÊNCIA	RECURSOS DE ACESSIBILIDADE
Deficiência visual	Sistema Braille, Livro em Braille, Livro em Braille e tinta, Leitor de tela, ampliador de tela, Audiodescrição, Recursos óticos (alto -contraste, caracteres ampliados etc.), Livro em áudio (audiolivro), Livro com fonte ampliada, Livro digital Daisy (<i>Digital Accessible Information System</i>), Livro Digital em Texto, Reglete, Punção, Máquina de escrever em Braille, Impressora em Braille, Sorobã, Lupas.
Deficiência auditiva	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), Janela de Libras, Subtitulação ou legenda oculta (<i>closedcaption</i>), Livro digital em LIBRAS. Aparelhos eletrônicos para se comunicar com os usuários surdos, tais como <i>Viable Brasil</i> (serviço de tradução simultânea online Português - Libras), VLibras e ProDeaf (softwares de tradução Português - Libras), Lousa interativa, Software de tradução do português para Libras (Hand Talk, Rybená, ProDeaf, etc.).
Deficiência intelectual	Jogos educativos, Audiodescrição, Softwares de comunicação, <i>BOARDMAKER</i> (serviço de comunicação alternativa), Pranchas de comunicação com símbolos, PICTOGRAMAS DE COMUNICAÇÃO, Coleções acessíveis (livros de letra grande, imagens, símbolos).
Deficiência física	Acessibilidade arquitetônica (elevadores adaptados, plataforma elevatória, sinalização, rampas, etc.), teclados adaptados (ampliado, reduzido, ergonômicos, virtuais e etc.), mouses adaptados (ocular, com rolos e botões, acionadores, etc.), plano inclinado, separador de páginas de feltro ou espuma, Luva de dedo com velcro, jogos variados, livros adaptados. Plano inclinado, Pranchas de comunicação, cartões de comunicação, Livros confeccionados com a simbologia da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA).

Fonte: Alves (2017, p. 1894-1895).

A diretora do IBM National Support Center for Persons with Disabilities (1993, *apud* Gala 2023) reforça que para pessoas sem deficiência a tecnologia vem como

ferramenta facilitadora, mas para pessoas com deficiência, a tecnologia abre possibilidades. E além do uso de tecnologias assistivas citados na tabela acima, Alves (2017) também chama atenção para alguns cuidados que devem ser tomados para diminuir as dificuldades do usuário com deficiência, como: imagens sem descrição; áudios sem transcrição de texto; vídeos sem legenda; ausência de linguagem clara; falta de acessibilidade em espaços físicos; falta de contraste entre cores, entre outros.

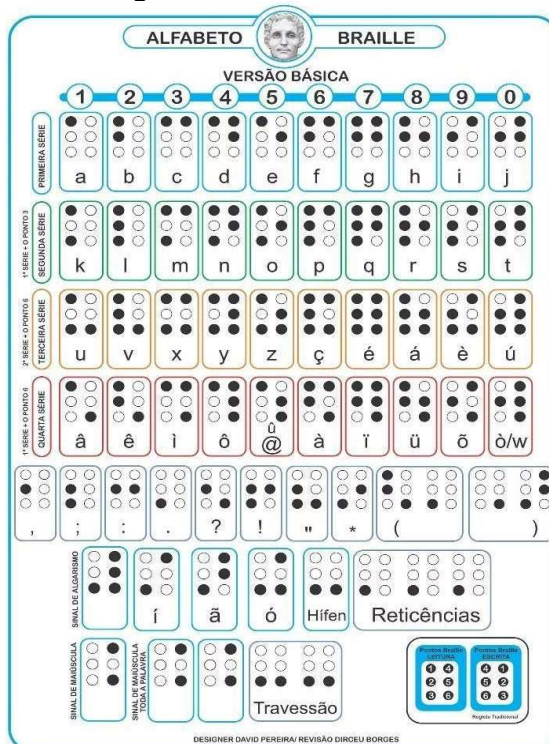
Para Beluzzo (2007) o acesso à informação envolve também capacidades de identificar necessidades informacionais, localizar fontes, avaliar criticamente conteúdos, selecionar informações relevantes e utilizá-las de maneira ética e contextualizada. Autores como Bersch (2012) e Manzini (2005) compreendem que a tecnologia assistiva é parte de um ecossistema de acessibilidade, ou seja, envolve necessidades de usuários e contextos reais de uso, exigindo planejamento institucional, formação profissional e compreensão pedagógica dos recursos empregados.

Em bibliotecas, isso significa que *softwares* e equipamentos não garantem inclusão se os documentos não forem acessíveis e se os profissionais não estiverem preparados para orientar os usuários, mantendo uma relação de mediação profissional.

4 INCLUSÃO E VISÃO: SISTEMA BRAILLE

O Sistema Braille representa um sistema de linguagem de transcrição que utiliza pontos em relevo para a leitura de pessoas que possuem cegueira ou alguma dificuldade visual, objetivando a comunicação a partir do tato. (Santos; Leite, 2024). Louis Braille, autor e criador do Braille, nasceu em 1809, e perdeu a visão ainda na infância, aos três anos de idade, os pais de Louis Braille buscaram apoio financeiro para que ele pudesse ingressar no Instituto Real de Jovens Cegos de Paris, onde adentrou aos dez anos de idade (Oliveira, 2018). Louis faleceu de tuberculose aos 43 anos de idade em 1852, dois anos depois, em 1854, a utilização do sistema Braille foi oficializada na França (Castro, 2012). Inspirado por um sistema de sinais em relevo utilizado para comunicação noturna entre soldados, Louis se dedicou a criação de um sistema de comunicação que atendesse as necessidades informacionais das pessoas cegas (Castro, 2012), conforme figura 1.

Figura 1 - Alfabeto Braille



Fonte: Pereira (2021).

Oliveira e Cerqueira (2006) reforçam que o Braille é um recurso fundamental para que as pessoas com deficiência visual possam ter acesso a informação, isso é,

um recurso indispensável para a acessibilidade informacional. Barbosa *et al.* (2023, p. 1) destacam que “O sistema Braille vem cumprir seu papel quando insere a pessoa com deficiência visual no mundo das palavras, sendo o Braille, uma espécie de libertação intelectual.”, o que enfatiza a importância do Braille como recurso informacional.

Para Alves (2017) a leitura e a escrita são instrumentos cruciais para formação do ser humano, e que por meio deles os indivíduos podem exercer sua capacidade de cidadão. Desse modo, Costa, Neres e Corrêa (2019) acreditam que o Braille é uma forma de escrita que promove a inclusão social, o acesso à informação e a comunicação a pessoas com deficiência visual. Atualmente, o uso de tecnologias assistivas e sistemas operacionais, ajudam a ampliar o acesso à informação e a comunicação, além de contribuir na capacidade de interação do usuário de maneira acessível (Costa; Neres; Corrêa, 2019). Oliveira (2014) complementa o pensamento dizendo que o Braille sempre será a forma legítima de leitura e escrita do cego, mas os leitores de tela atuam como recurso complementar no desenvolvimento da leitura e da pesquisa por parte da pessoa com deficiência visual.

Souza (2009 *apud* Castro 2012, p. 106) indica que a criação de Louis Braille “[...] nos proporcionou a abertura de horizontes e das nossas mentes para infinitos saberes, fez acender em nossos corações o calor da esperança na comunhão universal e na verdadeira participação da vida em comunidade”.

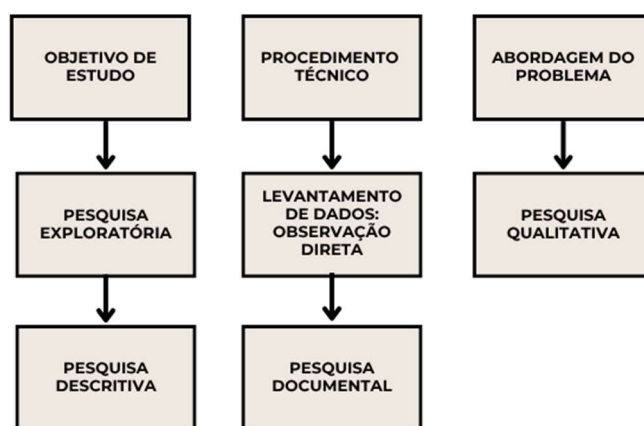
No Brasil, o sistema Braille foi adotado em 1854, divulgado por José Álvares de Azevedo escritor e cego de nascença, que estudou em Paris, na mesma instituição que Louis Braille. Ao apresentar o sistema Braille a D. Pedro II, o Imperador determinou a criação da primeira escola de cegos da América Latina, atualmente denominada Instituto Benjamin Constant. Ocorreu, posteriormente, a produção de livros em Braille no Brasil, a partir da instalação da tipografia no Instituto (Oliveira, 2018).

No contexto internacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), reforça o direito ao acesso à informação por meio de formatos acessíveis, incluindo o Braille como recurso que permite o domínio da escrita para os cegos. No contexto nacional, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolida o direito a essas pessoas e atribui às instituições educacionais e culturais a responsabilidade pela promoção da acessibilidade informacional.

5 METODOLOGIA

A pesquisa científica é definida por como um “[...] conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para os problemas propostos, mediante o emprego de métodos científicos” (Andrade, 2004, p. 16). O presente trabalho utilizou das seguintes categorias de pesquisa, presentes na figura 2, para a sua construção:

Figura 2 - Classificação da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2026).

Essa pesquisa é exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. Assis (2009) explica que a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar maiores informações quanto ao assunto pesquisado, enquanto a pesquisa descritiva visa registrar, analisar, classificar e interpretar os fenômenos sem interferência do pesquisador. O presente trabalho se enquadra nessa metodologia, considerando que busca compreender, interpretar e analisar as fontes e os recursos informacionais presentes no Instituto. Segundo Nascimento (2016, p. 3), a abordagem qualitativa baseia-se na “[...] interpretação dos fenômenos observados e no significado que carregam”, Assis (2009) complementa que essa abordagem busca analisar e interpretar o conteúdo psicossocial de determinado assunto. Seguindo a perspectiva de analisar e interpretar.

O período de coleta de dados da pesquisa se deu no primeiro semestre de 2026. A coleta de dados foi baseada em pesquisas documentais a partir de artigos científicos, dissertações entre outras fontes informacionais. A observação direta também foi utilizada, compreendida por Mazucato (2018) como uma técnica

envolvendo a participação direta do pesquisador com o objeto de estudo, onde a partir da observação se tem a finalidade de obter informações. Assim, foi possível identificar as fontes e os recursos informacionais acessíveis disponíveis (materiais em Braille, audiolivros, tecnologias assistivas, entre outros) como forma de comprovar *in loco* e atender ao objetivo da pesquisa.

Com base na observação direta, foi utilizado como instrumento de registro de informações o diário de campo, Falkembach (1987) defende que o diário de campo é um dos principais instrumentos de observação e registro, pois facilita o hábito de descrever e refletir sobre acontecimentos a partir de anotações completas e precisas. A partir do diário de campo, foram registradas informações relevantes sobre a biblioteca, seu funcionamento e serviços disponibilizados.

O local investigado foi a Biblioteca localizada no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Duarte da Cunha, situado na Avenida Santa Catarina, nº 396, Bairro dos Estados, João Pessoa, Paraíba. Desse modo, foi solicitado pela orientadora um documento ao ICPAC, autorizando o desenvolvimento da pesquisa, conforme anexo A.

Para a organização e análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016) a partir das três fases:

- a) pré-análise (nessa fase foi possível a organização das fontes de informações coerentes com o tema e a leitura do material);
- b) exploração do contexto (o desenvolvimento da pesquisa levou em consideração categorias relevantes para embasar a interpretação, tais como: Instituto dos cegos, acessibilidade informacional, sistema Braille, fontes de informações, deficiência visual e biblioteca) e;
- c) tratamento – interpretação dos resultados com base na fundamentação teórica.

Desse modo, na análise dos dados foi possível realizar a interpretação conforme foram sendo expostas as situações no momento da observação direta, nas leituras dos textos e nos diálogos com as pessoas envolvidas durante o processo de coleta, permitindo a eficiência na interpretação.

5.1 O Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha

O Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha é uma organização filantrópica, de direito privado e sem fins lucrativos, fundada em 1944 por Adalgisa Duarte da Cunha. Iniciou com o nome Instituto dos Cegos da Paraíba e na década de 1960, foi denominado de Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, em homenagem à fundadora (Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, 2026).

O ICPAC oferece serviços para promoção, viabilização, autonomia e qualidade de vida para pessoas com deficiência visual. A missão é “promover a inclusão das pessoas com deficiência visual, intelectual e múltipla, transformando vidas com foco na humanização, autonomia e exercício pleno da cidadania.” e tem como visão “Ser um centro de referência para o nordeste na promoção da inclusão de pessoas com deficiência visual, intelectual e múltipla” (Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, 2026). Está localizada no endereço: Av. Santa Catarina, nº 396 - Bairro dos Estados, João Pessoa, Paraíba, como mostra a figura 3:

Figura 3 - Instituto dos Cegos da Paraíba



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2026).

O Instituto iniciou suas atividades oficiais a partir de 08 de junho de 1944 como uma escola especializada para cegos, proporcionando a superação das limitações dos cegos e a possibilidade de capacitação. Foi a primeira escola para pessoas com deficiência visual na Paraíba (ICPAC, 2026). Chegou a funcionar como um internato, porém atualmente, fornece apenas apoio para o processo de alfabetização.

Conforme Silva (2015), a partir da Campanha Nacional de Educação dos Cegos que tinha como objetivo instalar centros de reabilitação, realizar oficinas de trabalho, entre outras atividades para especializar e integrar os deficientes visuais no mercado de trabalho, o Instituto inicia suas funções em local provisório, com o objetivo de:

oferecer o ensino primário completo e o ensino profissional para ambos os sexos, conforme qualquer outra instituição escolar, com todo o conteúdo ministrado pelo sistema Braille. A música fazia parte do ensino primário e era ministrada pelo professor cego, Laurentino da Silva que ensinava teoria e práticas musicais aos alunos. Fazia parte também do programa educacional, escrita cursiva, ensino de datilografia Braille e datilografia tradicional além de outras atividades oferecidas pelo Instituto como: Atividade da Vida Diária; locomoção; terapia ocupacional; educação moral e cívica. Quanto ao ensino profissional, o Instituto oferecia para os meninos a oficina de marcenaria, responsável pela fabricação de vassouras, gaiolas e pequenos objetos de madeira, local em que os cegos desde a idade de 12 anos aprendiam um ofício; e para as meninas, trabalhos manuais, estas confeccionavam bolsas, tapetes, cestos, entre outros. Quanto ao ensino secundário, os internos eram enviados para escolas da cidade como o Pio X, e o pedagógico na Escola Nossa Senhora de Lourdes e escola técnica. A Instituição recebia desde crianças com idade a partir de três anos, a jovens de maior idade, sem distinção de sexo. (Silva, 2015, p. 33).

Para atender às demandas informacionais, o ICPAC instalou em 2009 uma estação digital contendo dez computadores adaptados com a instalação do sistema Dosvox que transforma o texto em som.

É reconhecido como Instituição de Utilidade Pública Estadual e Municipal, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, no Conselho Estadual de Educação, nos Conselhos Municipais de Assistência Social, de Saúde, da Criança e do Adolescente. Ele se mantém mediante convênios com instituições governamentais e não governamentais e de doações da sociedade civil (Silva, 2015).

5.1.1 Do sonho à realidade: Adalgisa Duarte da Cunha

Adalgisa Duarte da Cunha (figura 4) foi educadora brasileira, especialista em deficiência visual e fundadora do Instituto dos Cegos da Paraíba. É reconhecida como uma das mulheres pioneiras da educação inclusiva na Paraíba por dedicar sua vida à inclusão social e educacional de pessoas cegas, contribuindo para a introdução e difusão do Sistema Braille no estado da Paraíba e por sua postura diante os desafios e limitações de pessoas com deficiências visuais (Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, 2026).

Figura 4 - Adalgisa Duarte da Cunha



Fonte: Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (2026).

Conforme Silva (2015, p. 25), discorre sobre sua vida:

nasceu na cidade do Recife, em 10 de abril de 1881, casou-se aos 23 anos de idade com o Dr. Clímaco Xavier da Cunha, que exerceu por vários anos a magistratura no Estado da Paraíba. Deste matrimônio nasceram quatro filhos, Myrthes Cunha de Barros Coelho, Breno Duarte da Cunha, Hálamo Duarte da Cunha e Alba Duarte da Cunha. Desde a juventude se dedicou às atividades filantrópicas e intelectuais, tendo colaborado em diversos órgãos da imprensa pernambucana. Pela vasta experiência profissional como professora na cidade de Recife, sua terra natal, a senhora Adalgisa destacou-se de maneira extraordinária como preceptora da língua francesa, no qual realizou várias traduções nesse idioma.

Com o apoio do então governador, do Prefeito da cidade e das irmãs da ordem Santa Catarina de Sena que pertenciam ao Asilo de Mendicidade Carneiro da Cunha, foi disponibilizado o espaço que serviu como localização do Instituto durante sete anos, hoje conhecido como Lar da Providência. Nesses primeiros anos, Adalgisa da Cunha estudou o sistema Braille para produzir material didático devido às dificuldades de pessoal especializado. No dia 10 de junho de 1951, depois de enfrentar vários desafios, ela consegue inaugurar a sede própria onde está localizada até os dias atuais. Adalgisa da Cunha coordenou o Instituto durante vinte e três anos, de 1944 a 1967, faleceu em 15 de novembro de 1971 após consolidar a sua marca, proporcionando educação formal, capacitação profissional e acolhimento a pessoas com deficiência visual (Silva, 2015).

6 DA OBSERVAÇÃO À PRODUÇÃO: A FASE DE COLETA, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir do processo de autorização pela direção do Instituto, foram realizadas visitas ao local com o objetivo de observar o seu funcionamento e buscar respostas para a questão norteadora. A recepção foi presidida por Vanessa Veloso de Sá (Pedagoga e Diretora Escolar) que conduziu a pesquisadora até a biblioteca onde foi apresentada Gerluce Limeira Guimarães (Professora e Bibliotecária) a qual ficou com a responsabilidade de passar as informações necessárias, como mostra a figura 5 abaixo.

Figura 5 - Visita técnica à biblioteca



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2026).

A professora e bibliotecária Gerluce Limeira Guimarães atua na biblioteca especializada há mais de trinta anos, fato que a credita como uma pessoa apropriada para apresentar o acervo e os serviços oferecidos. Informou que iniciou o curso de Biblioteconomia em 1989, porém por problemas de saúde teve que abandonar o curso e não mais retornando para a universidade.

6.1 Biblioteca do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha

A biblioteca do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha insere-se na trajetória histórica da própria instituição, fundada em 1944, com a finalidade de prover a preservação e organização de todo o acervo constituído no espaço, além do

oferecimento de apoio aos educandos. Ao longo de seu processo de consolidação, esse espaço passou a desempenhar papel estratégico na mediação da leitura, da informação e do conhecimento em formatos acessíveis, reunindo materiais em Braille, audiolivros e outros recursos adaptados às necessidades de seus usuários (Silva, 2015).

Ao longo dos anos a biblioteca do Instituto dos Cegos passou por muitas mudanças de ambiente. Foi criada em um espaço amplo, com capacidade de abrigar um acervo grande e todos os estudantes do instituto. A maioria do acervo era formado por material advindo da Fundação Dorina de Gouvêa Nowill, fundada em 11 de março de 1946 no estado de São Paulo, com o nome de Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), objetivando produzir livros impressos no sistema Braille. Em 1990 passou a ser denominada de Fundação Dorina de Gouvêa Nowill para cegos (Silva, 2015). No entanto, a biblioteca enfrentou dificuldades durante o processo de uma reforma do Instituto, pois grande parte do acervo foi deteriorado ao ponto de ser necessário o descarte.

A partir de informações coletadas pela bibliotecária Gerluce Limeira Guimarães, a biblioteca do ICPAC, atualmente apresenta um espaço limitado, composto pela área de atendimento ao serviço de referência e a área de circulação entre as estantes, como mostra a figura 6. Ademais, dispõe de recursos predominantemente em Braille, além de tecnologias assistivas, demonstrando assim a responsabilidade com a acessibilidade informacional. O atendimento funciona com horário agendado, o que permite um atendimento especializado ao usuário.

Figura 6 - Biblioteca do Instituto dos Cegos Adalgisa Cunha



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2026).

A biblioteca oferece serviços de apoio para alfabetização, letramento em Braille e incentivo à leitura em Braille, a partir de projetos e ações culturais como por exemplo o projeto do dia nacional do Braille no dia 8 de abril, que consiste em um concurso de redação em Braille com a temática “como a leitura de livros em Braille mudou a minha vida?”, essas atividades promovem a aproximação entre o usuário e a informação, com mediação da biblioteca, estreitando os laços também com a biblioteca. O ICPAC em parceria com outras instituições como a UEPB e o Espaço Cultural participa também de um projeto denominado “Brailivre” que trabalha com a entrega de livros em domicílio para quem não consegue ir à biblioteca de forma presencial, confirmando mais uma vez o compromisso com a acessibilidade informacional.

O acervo é organizado a partir de identificações em números cardinais e no sistema Braille. Cada identificação corresponde a um conjunto de exemplares do livro, como mostra a figura 7 a seguir:

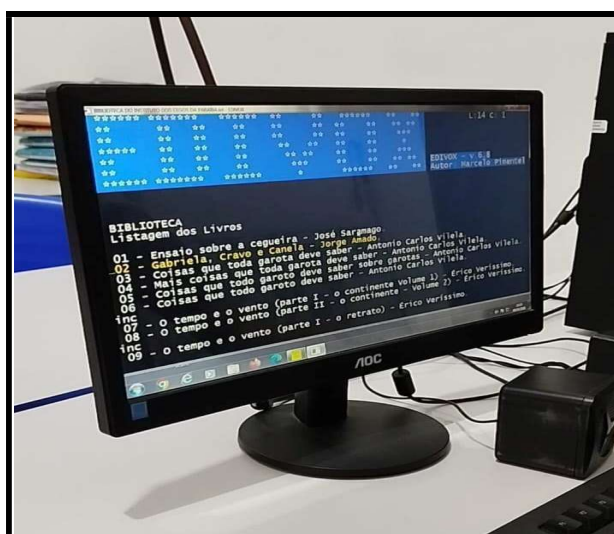
Figura 7 - Organização do acervo em Braille



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2026).

A partir desse número de identificação, o material é relacionado e adicionado a listagem de livros, onde a partir de um programa de leitor de tela, o DOSVOX, apresentado na figura 8, a bibliotecária consegue acessar e administrar os exemplares disponíveis no acervo. O acesso às estantes é livre, e o usuário pode fazer a leitura em Braille das identificações de maneira autônoma. A organização da informação leva em consideração as especificidades dos usuários, garantindo autonomia na busca da fonte de informação. O sistema de funcionamento e organização da biblioteca é planejado a partir das necessidades dos usuários, possibilitando o acesso e a recuperação da informação.

Figura 8 - Listagem dos livros em leitor de tela



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2026).

Para a catalogação do acervo é utilizado o sistema DOSVOX que compreende o formato de listagem do registro em razão ao número de tombamento da fonte de informação. O DOSVOX é um sistema operacional voltado para comunidade cega que possibilita o uso de computadores para desempenhar com autonomia uma série de atividades. O sistema foi desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro mediante a dificuldade enfrentada por alunos cegos para ingressar e concluir o ensino superior, visto as barreiras foi construído o programa e posteriormente disseminado para outros possíveis usuários (Universidade Federal do Rio de Janeiro, s. d.). O sistema DOSVOX é utilizado na biblioteca por ter características de comunicação através da síntese de voz, garantindo a independência da leitura para os deficientes visuais, estabelecendo um diálogo amigável com programas específicos e interfaces adaptativas.

6.2 Caracterização das fontes de informações disponibilizadas no acervo

Os materiais disponibilizados pela biblioteca do ICPAC contam em média com 950 livros em Braille distribuídos em: impressos (livros, cordéis e revistas) e não impressos (audiolivros e CD's). Os livros impressos apresentam diferentes temáticas como: romances, poesias, constituições, legislações, código do consumidor, bíblia sagrada e livros didáticos que atendem as fases de usuários infantis, juvenis e adultos conforme verificado na figura 9.

Figura 9 - Fontes disponibilizadas no acervo



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2026).

O acervo diversificado contribui com as demandas seguindo o princípio proposto por Ranganathan (2009) onde para cada usuário existe um livro conforme a sua necessidade e para todo livro existe um potencial de utilidade para determinado público, sendo assim, garante que cada usuário encontre o material que atenda às suas necessidades informacionais.

Os livros são adquiridos a partir de parceria com a Fundação Dorina Nowill para Cegos e com o Instituto Benjamin Constant, que fazem o envio de livros semestralmente.

O Jornal União, envia material mensalmente no formato impresso, em Braille.

Os livros didáticos são fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC) a partir da Editora Ateliê da Escrita.

A biblioteca dispõe de instrumentos que o usuário pode utilizar no processo de acesso, busca e uso da informação tais como:

- Reglete – um dos primeiros dispositivos de metal que contribui para viabilizar a escrita no sistema Braille. Conforme Souza *et al.* (2023, p. 18) “A reglete é uma régua de metal ou plástico com um conjunto de celas Braille dispostas em linhas horizontais sobre uma base plana”. Para acompanhar a reglete e perfurar o papel, é necessário outro instrumento denominado punção que “é um instrumento em madeira ou plástico no formato de pera ou anatômico, com ponta metálica, utilizado para a perfuração dos pontos na cela Braille” (Souza *et al.*, 2023, p. 18).

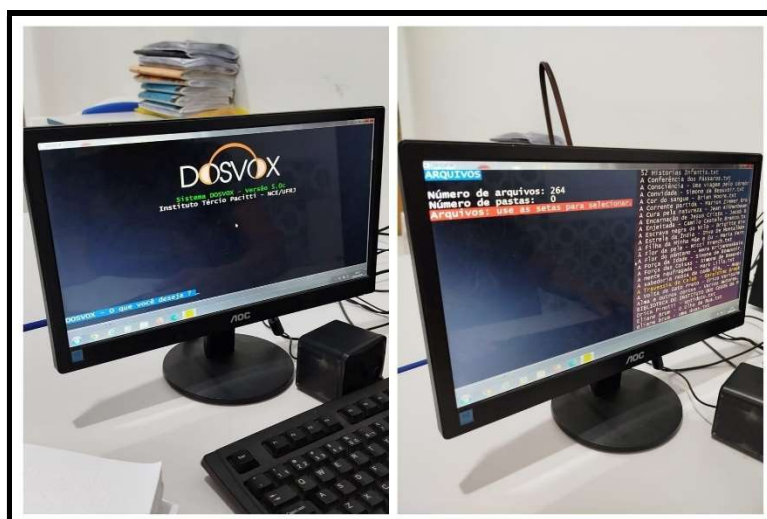
- Impressora Braille – a impressora Braille tem como objetivo converter textos e imagens para o formato Braille (Pinheiro 2021). Apesar da biblioteca contar com a impressora Braille para o suporte de atividades, o equipamento não integra seu acervo, sendo pertencente ao Instituto, cujo uso é compartilhado e disponibilizado mediante a necessidade.

- Material digitalizado, a biblioteca disponibiliza, mediante solicitação, livros convertidos em formatos digitais acessíveis de maneira online, utilizando de mídias alternativas para o suporte informacional compatível com a necessidade do usuário.

- Linha Braille, permitindo que os usuários cegos leiam digitalmente a partir de conexão a computadores ou celular. De acordo com Souza *et al.* (2023, p. 23), a linha Braille “consiste em um instrumento simples, que é capaz de converter instantaneamente os textos ou dados dos computadores, dispositivos móveis ou de uma memória interna para uma linha de texto em alto relevo usando o sistema braille”.

- Leitores de tela - tem como finalidade, conforme Pinheiro (2021, p. 49), realizar “[...] a leitura de informações textuais por meio de sintetizadores de voz ou displays em Braille para pessoas cegas ou com baixa visão”. A biblioteca utiliza de leitores de tela como o NVDA e o DOSVOX, que permitem a leitura de tela por meio de recursos de áudio. O DOSVOX é utilizado no computador que existe para o usuário e para o uso da gestora, como mostra a figura 10. Entretanto, como a impressora Braille, o NVDA não faz parte do acervo, mas é disponibilizado para uso conforme a demanda da biblioteca.

Figura 10 - DOSVOX: Leitor de tela



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora (2026).

Santos (2024) reforça que as tecnologias assistivas buscam facilitar a realização de atividades que podem ser dificultadas por uma deficiência, melhorando a capacidade funcional e promovendo habilidades relacionadas a busca de informação, além disso, as tecnologias assistivas melhoram a qualidade de vida, trazendo autonomia ao usuário e favorecendo a inclusão social.

6.3 Analisando os resultados

As bibliotecas têm como objetivo servir de mediadoras entre a informação e o usuário, buscando atender a esse objetivo, é necessário que elas adequem suas fontes e recursos ao seu público-alvo. No que se refere a biblioteca especializada, Salasário (2000), define a biblioteca especializada como uma unidade de informação com acervos característicos para atender as necessidades de usuários específicos.

Sendo assim, a biblioteca serve como espaço de acolhimento e inclusão para determinadas necessidades informacionais.

Para assegurar que as demandas informacionais sejam atendidas, é necessário garantir a acessibilidade informacional para os seus usuários, o que equivale a diminuir as barreiras, sejam físicas ou cognitivas, que impedem o usuário de alcançar a informação. É necessário que as bibliotecas estejam preparadas para superar qualquer limitação do seu usuário, partindo de uma estrutura acessível a fontes, recursos e tecnologias assistivas.

Aplicada ao universo das bibliotecas especializadas para pessoas com deficiência visual, cegueira, baixa visão e comprometimento visual, essa discussão revela que a inclusão depende de uma política ativa de acessibilidade informacional. Isso significa oferecer acervos em formatos acessíveis, serviços adaptados, recursos de mediação compatíveis com diferentes necessidades e ambientes digitais concebidos segundo critérios de usabilidade e acessibilidade.

Assim, a acessibilidade informacional deve ser compreendida como dimensão ética, técnica e política do fazer bibliotecário, considerando a biblioteca um espaço democrático que possibilita assegurar autonomia e cidadania a usuários historicamente excluídos dos fluxos tradicionais de informação.

Desse modo, conhecer o Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha a partir de sua história, permitiu refletir sobre a importância de assegurar a acessibilidade informacional para pessoas cegas a partir de sistemas de linguagens especializadas para a comunicação e leitura como também instrumentos tecnológicos.

Cabe destacar que a biblioteca do referido instituto foi criada com o objetivo de apoiar em todo o processo de acesso, busca e uso da informação. No cenário atual foi verificado que está existindo pouca procura pelo acervo impresso como resultado de uma sociedade moderna voltada para o uso de recursos tecnológicos que dispensa os instrumentos tradicionais como o livro impresso e a escrita com uso da reglete e da punção. No entanto, a bibliotecária contribui com esforços em atender com incentivo à leitura para os usuários.

As fontes de informações e as tecnologias assistivas, disponibilizadas pelo ICPAC, atendem as necessidades informacionais dos usuários que buscam a biblioteca. O material fornecido pelo instituto, oferece apoio aos usuários em processo de alfabetização e letramento em Braille, além de incentivar a busca por diferentes tipos de fontes, e despertar o interesse na leitura. Portanto, a biblioteca, como

instituição especializada, cumpre seu papel de desenvolver a autonomia do usuário na busca por fontes de informação.

Nessa pesquisa, foi evidenciado que o acesso à informação se concretiza quando os sujeitos interagem com os conteúdos de forma autônoma e significativa. Trata de uma agenda que envolve políticas institucionais, formação profissional, desenvolvimento de coleções acessíveis, mediação da informação e compromisso ético com a diversidade humana. Para a Biblioteconomia, essa discussão é estratégica porque reafirma a biblioteca como espaço de inclusão, justiça social e efetivação do direito à informação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha, enquanto instituição social, desenvolve diversas atividades voltadas para a reabilitação do cego com a sociedade. Sua biblioteca amplia ainda mais essas atividades, a partir dos produtos oferecidos, aos serviços disponibilizados, buscando preparar o usuário para desenvolver o seu papel cidadão na sociedade.

A biblioteca desenvolve o papel de mediadora entre o usuário e as fontes de informação, essa integração da biblioteca com as fontes de informação e as tecnologias assistivas, culminam no desempenho da acessibilidade informacional dentro da instituição, garantindo que o usuário tenha acesso a informações confiáveis e atualizadas. Além disso, a biblioteca promove ações que buscam conscientizar seus usuários acerca da importância do Braille, elaborando atividades que fomentem a leitura e a escrita, garantindo a inclusão social e o amparo educacional do cego.

Diante dos avanços tecnológicos, e em meio à facilidade no acesso da informação, a referida instituição vem perdendo cada vez mais espaço entre os usuários, a evasão da biblioteca e o acesso e interesse pelas fontes de informação. Esse fato, reflete as mudanças no comportamento informacional da comunidade, o que confere à biblioteca a necessidade de permanecer se atualizando acerca dos recursos informacionais e diversificar os serviços oferecidos. Ainda considerando esse cenário, o Sistema Braille permanece servindo como agente de inclusão entre as comunidades.

O papel social do bibliotecário diante desse contexto torna-se cada vez mais importante, como profissional da informação, além de ser responsável por selecionar e disseminar informações de forma a atender a necessidade do usuário, o bibliotecário também promove práticas inclusivas que asseguram o acesso equitativo à informação.

Sendo assim, observa-se que a biblioteca do Instituto dos Cegos dispõe de fontes e recursos capazes de atender a demanda dos seus usuários, além de oferecer serviços que complementam e contribuem de forma significativa para o desenvolvimento informacional da comunidade em que está inserida. No entanto, a biblioteca apresenta carências estruturais e lacunas no seu aparato tecnológico, por funcionar em um ambiente reduzido, o espaço limitado interfere na qualidade e visibilidade da biblioteca.

Devido a limitação espacial da biblioteca, torna-se difícil adequar a organização do acervo, a criação de ambientes confortáveis para estudo e a implementação de recursos e tecnologias que ampliariam o suporte informacional que a biblioteca oferece. O espaço limitado também afeta na realização de atividades dentro da unidade de informação, por restringir a capacidade e a circulação de usuários, o que acaba por reduzir o alcance de interação entre os usuários e a biblioteca. Além disso, a escassez de instrumentos tecnológicos impacta diretamente na modernização da biblioteca, dificultando sua adequação vista aos novos comportamentos informacionais da comunidade.

Diante dos resultados, sugere-se a ampliação de estudos futuros voltados à acessibilidade informacional, considerando as demandas específicas dos usuários que usufruem dos produtos e serviços disponibilizados pela biblioteca. Propõe-se também, o desenvolvimento de novos projetos que busquem amplificar a visibilidade da biblioteca para comunidade cega, a partir da dinamização da biblioteca, atentando-se às fontes e recursos de informação oferecidos pelo Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. L. Biblioteca acessível: eliminando barreiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 1883–1898, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/915>. Acesso em: 27 dez. 2025.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, N. C. de; FACHIN, J. Evolução das fontes de informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 81-96, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5463>. Acesso em: 27 dez. 2025.

ASSIS, M. C. de. **Metodologia do trabalho científico**. In: EVANGELINA M. B. de F.; Ana Cristina S. A. (Orgs.). *Linguagens: usos e reflexões*. 3º ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

BARATIN, M.; JACOB, C. (orgs.). **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BARBOSA, L. M. M. *et al.* Braille e suas peculiaridades no ensino das pessoas com deficiência visual. **Educação em Foco**, v. 27, n. 1, 2023. DOI: 10.34019/2447-5246.2022.v27.38651. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/edufoco/article/view/38651>. Acesso em: 16 mar. 2026.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2026.

BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2º ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007. Disponível em: <https://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Livro-Constru%C3%A7%C3%A3o-de-Mapas-Regina-Belluzzo-2007.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2026.

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva e educação: o que é tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência** [recurso eletrônico].- 7.ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 410 p. – (Série legislação ; n. 76). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/legislacaopdf/legislacao-brasileira-sobre-pessoas-portadoras-de-deficiencia>. Acesso em: 29 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 15 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Fortalecimento de bibliotecas acessíveis e inclusivas**: manual orientador. 1º ed. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 152 p. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/publicacoes-2/guias-e-manuais-1/manualorientador_online-1-1.pdf. Acesso em: 27 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência Visual – AEE. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 20 jan. 2026.

CASTRO, Z. de O. Braille: sistema de comunicação alternativa. **Revista de Educação**, [S. l.], n. 6, p. 97-107, 2012. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaEducacao/article/view/649/559>. Acesso em: 8 dez. 2025.

CEPIK, M. Direito à Informação: Situação Legal e Desafios. **Revista IP - Informática Pública**, Belo Horizonte, v. 02, n. 02, p. 43-56, dez. 2000. Disponível em: <https://professor.ufrgs.br/marcocepi/publications/cepi-2000-direito-informacao>. Acesso em: 05 jan. 2026.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003. Disponível em: <https://lucianabicalho.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/09/choo-chun-wei-a-organizac3a7c3a3o-do-conhecimento.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2026.

COSTA, J. A.; NERES, C. C.; CORRÊA, N. M. O atendimento educacional especializado do estudante com deficiência visual: entre a mediação do sistema Braille e as tecnologias computacionais. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.9, n.25, p.237-248, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/11104/5548>. Acesso em: 04 jan. 2026.

CUNHA, M. B. da; AMARAL, S. A. do; DANTAS, E. B. **Manual de estudo de usuários da informação**. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

FALKEMBACH, E. M. F. **Diário de campo**: um instrumento de reflexão. Contexto & Educação, Ijuí, v. 2, n. 7, p. 19–24, jul./set. 1987.

FUJINO, A. Acessibilidade informacional de PcD no contexto da Lei de Acesso à Informação: desafios para estudo de usuários. **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 237-257, out. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28422>. Acesso em: 27 dez. 2025.

GALA, A. S=. **Tecnologias assistivas**: o que são e exemplos. 25 maio 2023. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/tecnologias-assistivas/>. Acesso em: 27 dez. 2025.

INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA ADALGISA CUNHA. **Fundadora**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.icpac.com.br/fundadora>. Acesso em: 31 mar. 2026.

INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA ADALGISA CUNHA. **Quem somos**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.icpac.com.br/quem-somos>. Acesso em: 20 jan. 2026.

LEME, M.E.S. **A representação da realidade em pessoas cegas desde o nascimento**. 2003. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1596396>. Acesso em: 30 jan. 2026.

LESSA, B. Aplicação de metodologias ativas de aprendizagem no ensino de Fontes de Informação no Curso de Biblioteconomia. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 182–200, 2020. DOI: 10.14295/biblos.v33i1.8782. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/8782>. Acesso em: 20 jan. 2026.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação**: recursos pedagógicos adaptados. *In*: ENSAIOS e práticas em educação especial e inclusiva. Marília: ABPEE, 2005.

MARTINS, P. O direito internacional e a liberdade de informação. *In*: Agência de notícias dos direitos da infância; Artigo 19. **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Coordenação: Guilherme Canela e Solano Nascimento. Brasília, DF: 2009. p. 17-27. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/10/Acesso-a-informacao-e-politicas-publicas-de-controle-social-Guilherme-Canela.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2026.

MAZUCATO, T. (Org.); ZAMBELLO, A. V. *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. Disponível em: <https://saude.ufpr.br/epmufpr/wp-content/uploads/sites/42/2020/10/metodologia-pesquisa-trabalho-cientifico.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2026.

MAZZONI, A. A. *et al.* Aspectos que interferem na construção de acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xdprRdF8MLDJWR5pS57zsVj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 jan. 2026.

MEZZARI, V. C. **A LIBRAS como elemento de acessibilidade informacional para o surdo no mercado de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

NASCIMENTO, F. P. do. **Classificação da pesquisa: natureza, método, objetivos e procedimentos**. In: Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/45150110/Classifica%C3%A7%C3%A3o_da_Pesquisa_Natureza_m%C3%A9todo_ou_abordagem_metodol%C3%B3gica_objetivos_e_procedimentos. Acesso em: 25 mar. 2026.

OLIVEIRA, A. M. de; SILVA, S. C. e. Acessibilidade informacional e pessoas com deficiência: um estudo preliminar nas bibliotecas universitárias estaduais do Paraná. **Cadernos de InterPesquisas**, [S. l.], v. 2, p. 43–63, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10596110. Disponível em: <https://esabere.com/index.php/cadips/article/view/93>. Acesso em: 27 dez. 2025.

OLIVEIRA, C. J. de S. **Garantia do direito à informação no Brasil: contribuições da Lei de Acesso à Informação**. [S. l.]: Controladoria-Geral da União, 2013. 26 p. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/42580/8/GARANTIA%20DO%20DIREITO%20%C3%A0%20INFORMA%C3%A7%C3%A3o%20NO%20BRASIL.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2026.

OLIVEIRA, N. M. de. **Sistemas Braille e Dosvox: luzes no caminho da pessoa cega**. In: LIRA, Ana Karina Moraes de; FROTA, Ana Maria Monte Coelho (orgs.). Inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará: o Projeto UFC Inclui em debate. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 101-104. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43268>. Acesso em: 25 mar. 2026.

OLIVEIRA, R. F. C. de. **Braille!? O que é isso?** Série Deficiência Visual, vol. 5. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos; Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 2018. Disponível em: https://visaosubnormal.org.br/downloads/serie_deficiencia_visual_vol5_cbo_bq.pdf. Acesso em: 23 mar. 2026.

OLIVEIRA, R. F. C. de; CERQUEIRA, J. B. Por que os livros em braille são importantes. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 12, n. 34, agosto de 2006, p. 37-38.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp->

content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf. Acesso em: 05 jan. 2026.

PAULA, S. N. de; CARVALHO, J. O. F. de. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 64-79, set./dez. 2009. DOI: 10.1590/S0100-19652009000300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/7Mmj3wsxXgQz6z4DfBSxWDB/?lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2025

PEREIRA, D. J. **Alfabeto braille**: David Dirceu – 09 maio 2021. SlideShare, 2021. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/alfabeto-braille-david-dirceu-09052021/248139883/>. Acesso em: 31 mar. 2026.

PERFETTO, F. V. **A caracterização dos Objetos Virtuais de Aprendizado como recurso informacional**: um estudo sobre a recuperação da informação na educação a distância. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/933665bc-405b-4825-9d9a-acceb943d1e7/content>. Acesso em: 02 jan. 2026.

PINHEIRO, A. de C. **Os recursos de tecnologia assistiva nas Bibliotecas Universitárias Federais Brasileiras**: uma abordagem para as pessoas com deficiências visuais. 2021. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/035e6535-807c-44d6-84df-0f9d864acd65/content>. Acesso em: 27 dez. 2025

PORTELA, M. Â. B.; PORTELA, D. A. B. **Acessibilidade e o uso da biblioteca por usuários surdos**: estudo de caso com estudantes surdos do curso à distância de Letras-Libras do polo da Universidade de Brasília. 2011. 156 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2528>. Acesso em: 04 jan. 2026.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

SALASÁRIO, M. G. da C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na Biblioteca do Laboratório de Mecânica de Precisão – LMP/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 5, n. 5, p. 104–119, 2000. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/351>. Acesso em: 26 dez. 2025.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SANTOS, C. G. dos; ARAÚJO, W. J. de. Acessibilidade informacional: um estudo sobre configurações de segurança em objetos digitais acessíveis segundo análise

de aceitação por pessoas com deficiência visual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 209 - 222, 2015.

SANTOS, R. B. dos. **Acessibilidade em bibliotecas universitárias: tecnologias assistivas para usuários com deficiência visual**. Siti, Maceió, v. 6, e196, 2024. ISSN 3085-5624. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/196>. Acesso em: 04 jan. 2026.

SANTOS, R. B. dos; LEITE, F. R. O Sistema Braille como mecanismo para a alfabetização de pessoas com deficiência visual. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 93–102, 2024. DOI: 10.14295/biblos.v37i2.16196. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/16196>. Acesso em: 8 dez. 2025.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 12, n. 64, p. 10–16, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf. Acesso em: 07 jan. 2026

SILVA, C. R. S. da; NUNES, J. V.; TEIXEIRA, T. M. C. Do conceito de informação ao discurso sobre competência em informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 11, n. 2, p. 185–205, 2020. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v11i2p185-205. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/158094>.. Acesso em: 05 jan. 2026.

SILVA, J. A. S. da. **Instituto dos Cegos da Paraíba, Adalgisa Cunha: Sua importância para a educação das pessoas com deficiência visual**. João Pessoa, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1227>. Acesso em: 30 mar. 2026.

SILVA, J. J. de M. Tecnologias digitais e deficiência visual: potencializando a prática pedagógica com TIC no âmbito da Lei Brasileira de Inclusão. **RevistaFT**, v. 29, Edição 142, jan. 2025. DOI: 10.69849/revistaft/th102502111747. Disponível em: <https://revistaft.com.br/tecnologias-digitais-e-deficiencia-visual-potencializando-a-pratica-pedagogica-com-tic-no-ambito-da-lei-brasileira-de-inclusao/>. Acesso em: 31 jan. 2026.

SOUZA, M. S. de. *et al.* Acessibilidade e inclusão informacional. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 1–16, 2013. DOI: 10.5433/1981-8920.2013v18n1p1. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12173>. Acesso em: 27 dez. 2025.

SOUZA, A. M. de. *et al.* **Sistema braille: noções básicas**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill, 2023. Disponível em: <https://trocandosaberes.com.br/wp-content/uploads/2023/09/SistemaBaille.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2026.

STROPARO, E. M.; MOREIRA, L. C. Acessibilidade informacional na biblioteca universitária: em foco o aluno com deficiência. In: XI Reunião Científica Regional da

ANPEd Sul – Educação, movimentos sociais e políticas governamentais, 2016, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Setor de Educação da UFPR, 2016. p. 01-16. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo22_ELIANE-MARIA-STROPARO-LAURA-CERETTA-MOREIRA.pdf. Acesso em: 27 dez. 2025.

UNESCO; International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA). **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. Paris: IFLA/UNESCO, 1994 (atualizado 2022). Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/2187>. Acesso em: 27 dez. 2025.

ANEXO A - Carta de anuência: Instituto dos Cegos



Pres. Jurídica Nº 7218 Liv. AC 2º Ofício em 08/06/1944
Utilidade Pública Federal – Portaria Nº 371 de 09/03/2005
Dec. Utilidade Pública Estadual Nº 758 de 11/06/1946
Lei de Utilidade Pública Municipal Nº 84 de 07/11/1948
C. E. E. RES. Nº 049/99 – Reg. CNAS 28986.000331/95-10
CMAS-JP Nº 003 – Reg. CMDCA Nº53 - CNPJ Nº 09.142.183/0001-54

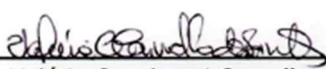
CARTA DE ANUÊNCIA

A Coordenação da Biblioteca do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha (ICPAC), neste ato representada por Valéria Cavalcanti Carvalho dos Santos (Presidente do ICPAC), declara ter conhecimento e concordam que a Biblioteca do ICPAC seja instrumento de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado, "QUANDO O TOQUE É INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS FONTES E RECURSOS INFORMACIONAIS NO INSTITUTO DOS CEGOS DA PARAÍBA" realizada pela estudante Isabelly Alina Gomes do Nascimento que estuda a temática Fontes e recursos em bibliotecas Braille.

A pesquisa tem como orientadora a Profa. Dra. Ediane Toscano Galdino de Carvalho, lotado(a) no Departamento de Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba. O TCC será apresentado para a conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba.

Essa pesquisa aproxima o ICPAC e a área da Biblioteconomia, fortalecendo os laços da teoria e da prática. Desse modo, somos favoráveis a pesquisa e apoiamos o seu desenvolvimento, desde que seja assegurado a ética da pesquisa científica, a garantia de receber o resultado e de que não haverá nenhuma despesa financeira para instituição decorrente da pesquisa.

João Pessoa, 17 de março de 2026



Valéria Cavalcanti Carvalho dos Santos
Presidente

*Valéria Cavalcanti Carvalho dos Santos
Presidente
Instituto dos Cegos da Paraíba
Adalgisa Cunha*

Emitido em 14/05/2026

ANEXO N° 2/2026 - CCSA - CBD (11.01.13.30)
(N° do Documento: 2)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 14/05/2026 18:41)
LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
3484717

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **2**,
ano: **2026**, documento (espécie): **ANEXO**, data de emissão: **14/05/2026** e o código de verificação: **9c911f1391**